

## DIREITO CIVIL

1. O denominado efeito repristinatório da lei

- (A) segundo entendimento majoritário, foi adotado como regra geral no direito brasileiro e implica restauração da lei revogada, se extinta a causa determinante da revogação.
  - (B) segundo entendimento majoritário, não foi adotado como regra geral no direito brasileiro e implica restauração da lei revogada, se extinta a causa determinante da revogação.
  - (C) foi adotado como regra geral no direito brasileiro, não comporta exceção e implica restauração da lei revogada, se extinta a causa determinante da revogação.
  - (D) foi adotado no direito brasileiro como regra geral e implica incidência imediata da lei revogadora.
- 

De acordo com o art. 2º, § 3º, da LIDB, “salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência”. Isso significa que a repristinação (restauração da lei revogada, por ter a lei revogadora perdido a vigência) não é a regra geral no direito brasileiro, sendo admitida somente quando houver “disposição em contrário”. Gabarito "B"

2. São pessoas jurídicas de direito privado, a teor da legislação civil brasileira:

- (A) As autarquias, as empresas públicas e as sociedades de economia mista.
  - (B) As associações, fundações, organizações religiosas, as firmas individuais e os condomínios edilícios.
  - (C) As sociedades simples ou empresárias, os condomínios edilícios e as firmas individuais.
  - (D) As organizações religiosas, os partidos políticos, as sociedades simples ou empresárias e as fundações.
- 

Art. 44 do CC. Gabarito "D"

3. Domicílio é o lugar onde a pessoa natural estabelece a sua residência com ânimo definitivo; no caso de pessoas jurídicas, o domicílio será, por exemplo, a respectiva capital para os Estados, e o Distrito Federal, no caso da União. Considerando o tema, assinale a alternativa correta de acordo com o que dispõe o Código Civil.

- (A) Os contratantes poderão, no caso de contrato escrito, estabelecer onde serão exercidos e cumpridos os direitos e obrigações nele discriminados.
  - (B) Considera-se domicílio do preso o lugar onde estabeleceu sua última residência.
  - (C) Nas obrigações concernentes às atividades profissionais da pessoa natural com domicílio certo, este será unicamente a sua residência.
  - (D) Para todos os atos praticados em quaisquer dos estabelecimentos da pessoa jurídica, considera-se como domicílio a sua sede, excluindo-se qualquer outro.
- 

Gabarito “A” – A: correta (art. 78 do CC); B: incorreta, pois o domicílio do preso é o lugar em que cumprir a sentença (art. 76, p. ún., do CC); C: incorreta, pois também é domicílio, nesse caso, e no que concerne às atividades profissionais, o lugar onde a profissão é exercida (art. 72 do CC); D: incorreta, pois tendo a pessoa jurídica diversos estabelecimentos em lugares diferentes, cada um deles será considerado domicílio para os atos nele praticados.

4. Prescrição e decadência

- (A) extinguem o direito de ação.
  - (B) extinguem, respectivamente, o direito potestativo e a pretensão.
  - (C) extinguem, respectivamente, a pretensão e o direito potestativo.
  - (D) extinguem a pretensão.
- 

A alternativa “c” está correta, pois a prescrição é a *causa extintiva da pretensão, pelo seu não exercício no prazo estipulado pela lei*, ao passo que a decadência é a *causa extintiva do direito potestativo pelo seu não exercício no prazo estipulado pela lei*.  
Gabarito "C"

5. A dação em pagamento é

- (A) modalidade de obrigação alternativa, na qual o credor consente em receber objeto diverso ao da prestação originariamente pactuada.
  - (B) causa extintiva da obrigação, na qual o credor consente em receber objeto diverso ao da prestação originariamente pactuada.
  - (C) modalidade de obrigação facultativa, na qual o credor consente em receber objeto diverso ao da prestação originariamente pactuada.
  - (D) modalidade de adimplemento direto, na qual o credor consente em receber objeto diverso ao da prestação originariamente pactuada.
- 

Gabarito “B” – Art. 356 do Código Civil.

6. Sobre o Princípio da Boa-fé Contratual e da Função Social do Contrato, julgue as assertivas:

- I. O princípio da boa-fé endereça-se sobretudo ao juiz e o instiga a formar instituições para responder aos fatos novos, exercendo um controle corretivo do Direito estrito.
  - II. Por ser o conceito de boa-fé um conceito aberto, a ordem jurídica atribui ao juiz a tarefa de adequar a aplicação judicial às modificações sociais.
  - III. A função social do contrato, na sua acepção moderna, desafia a concepção clássica de que os contratantes tudo podem fazer, porque estão no exercício da autonomia da vontade.
  - IV. A obrigatoriedade do princípio da função social do contrato é decorrência natural da existência do mesmo.
- (A) I e III são falsos;
  - (B) II e IV são falsos;
  - (C) I, III e IV são verdadeiros;
  - (D) todos são verdadeiros.
- 

I e II: Enunciados CJF 26 e 27; III: art. 421 do CC; IV: os princípios são normas jurídicas (de alta carga valorativa) e, como tal, devem ser obedecidos. Gabarito "D"

7. No que se refere à Responsabilidade Civil, assinale a alternativa correta:

- (A) O incapaz responde pelos prejuízos que causar, se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes.
- (B) A indenização calcula-se de acordo com a intensidade da culpa.
- (C) O empregador só responde pelos danos causados por seu empregado, no exercício do trabalho que a ele competir, se ficar provada sua culpa in eligendo.
- (D) A responsabilidade civil é vinculada à responsabilidade penal. Assim, só haverá obrigação de indenizar, quando coincidir com um tipo penal e houver condenação.

---

A: correta (art. 928, *caput*, do CC); B: incorreta, pois a indenização calcula-se de acordo com a extensão do dano (art. 944 do CC); C: incorreta, pois a responsabilidade do empregador é objetiva (art. 932, III, c/c art. 933, ambos do CC); D: incorreta, pois a responsabilidade civil é independente da criminal (art. 935 do CC). Gabarito "A"

8. Considere as seguintes afirmações sobre responsabilidade civil e indique a assertiva incorreta:

- (A) O incapaz responde pelos prejuízos que causar, exceto se ficar privado do necessário, assim como as pessoas que dele dependem.
- (B) São também responsáveis pela reparação civil os que gratuitamente houverem participado nos produtos do crime, até a concorrente quantia.
- (C) A indenização por injúria, difamação ou calúnia consistirá na reparação do dano que delas resulte ao ofendido.
- (D) Súmula do Superior Tribunal de Justiça adota entendimento de que não é possível a cumulação das indenizações de dano estético e dano moral.

---

A: correta (art. 928, parágrafo único, do CC); B: correta (art. 932, V, do CC); C: correta (art. 953 do CC); D: incorreta, pois a Súmula 387 do STJ admite a cumulação das indenizações de dano estético e dano moral. Gabarito "D"

## **DIREITOS HUMANOS**

9. Os tratados internacionais sobre direitos humanos firmados pela República Federativa do Brasil serão equivalentes às emendas constitucionais, se forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional,

- (A) em único turno, por maioria absoluta dos votos dos respectivos membros.
- (B) em único turno, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
- (C) em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
- (D) em dois turnos, por maioria absoluta dos votos dos respectivos membros.

A, B, C e D: com a edição da Emenda Constitucional n. 45, os tratados de direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais – conforme ao que determina o artigo 5º, §3º, da CF. Ou seja, tais tratados terão hierarquia constitucional. Gabarito "C"

10. De acordo com o Direito Internacional dos Direitos Humanos, no tocante à interpretação, em caso de conflito, das normas definidoras de direitos e garantias,

- (A) prevalece sempre a norma mais benéfica à pessoa humana.
- (B) prevalece sempre a norma internacional.
- (C) prevalece sempre a norma interna.
- (D) norma posterior derroga a anterior.

A, B, C e D: em se tratando de interpretação e de aplicação das regras protetivas de direitos humanos, deve-se ter por fundamento o princípio da primazia da norma mais favorável à vítima. Tal princípio determina a busca da maior efetividade possível na proteção dos direitos humanos. Portanto, de um modo geral, os sistemas protetivos de direitos humanos global, regional e nacional interagem-se e complementam-se para

melhor proteger o indivíduo dos abusos perpetrados contra sua dignidade humana.  
Gabarito "A"

11. A respeito da internacionalização dos direitos humanos, assinale a alternativa correta.

- (A) A limitação do poder, quando previsto na Constituição, garante por si só o respeito aos direitos humanos.
- (B) A internacionalização dos direitos humanos impõe que o Estado, e não o indivíduo, seja sujeito de direitos internacional.
- (C) A criação de normas de proteção internacional no âmbito dos direitos humanos possibilita a responsabilização do Estado quando as normas nacionais forem omissas.
- (D) Já antes do fim da II Guerra Mundial ocorreu a internacionalização dos direitos humanos, com a limitação dos poderes do Estado a fim de garantir o respeito integral aos direitos fundamentais da pessoa humana.

A: incorreta. Para a doutrina internacional os estados têm uma tripla obrigação para com todos os direitos humanos: de proteger (*to protect*), de respeitar (*to respect*) e de realizar (*to fulfill*). Pelo dito, podemos afirmar que somente a limitação do poder não vai garantir a satisfatória implementação dos direitos humanos. Cabe frisar que a limitação do poder insere-se na primeira geração de direitos, que engloba os direitos ditos individuais. Por exemplo, na Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial, os estados partes têm a obrigação de implementar políticas públicas que assegurem efetivamente a progressiva eliminação da discriminação racial. Percebe-se que o ideal de igualdade não vai ser atingido somente por meio de políticas repressivas que proíbam a discriminação. É necessário uma comunhão da proibição da discriminação (igualdade formal) com políticas promocionais temporárias (igualdade material). Por fim, deve-se lembrar que os direitos humanos possuem como características a indivisibilidade e a interdependência, dentre outras. A indivisibilidade se traduz na ideia de que todos os direitos humanos se retroalimentam e se complementam, assim é infrutífero buscar a proteção e a promoção de apenas uma parcela deles. E a interdependência se traduz na ideia de que cada direito depende dos outros para ser substancialmente realizado; B: incorreta. É interessante apontar a peculiaridade dos tratados internacionais de direitos humanos, pois diferentemente dos tradicionais que visam compor os interesses dos estados, aqueles buscam garantir o exercício de direitos por indivíduos. Cabe lembrar que o processo recente de internacionalização dos direitos humanos está ligado ao reconhecimento da pessoa humana como sujeito de direito internacional; C: correta. O estado que violar direitos humanos poderá ser responsabilizado perante a comunidade internacional, como, por exemplo, por intermédio de cortes regionais (ex: Corte Interamericana de Direitos Humanos) ou de comitês internacionais (ex: Comitê dos Direitos Humanos criado pelo Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos). Dentro desta lógica, o indivíduo que tiver sua dignidade violada e não conseguir a efetiva tutela, poderá buscar (direta ou indiretamente) cortes e comitês internacionais para buscar sua devida proteção. Ademais, o dirigente político que conduzir o país a prática de crimes contra a humanidade também poderá ser julgado e condenado pelo Tribunal Penal Internacional (TPI). É importante apontar o caráter complementar e subsidiário dos sistemas internacionais. Isso porque estes apenas serão acionados caso o sistema jurídico nacional tenha sido incapaz ou não tenha demonstrado interesse em julgar o caso; D: incorreta. Abalados pelas barbáries deflagradas nas duas Grandes Guerras e ensejados de construir um mundo sob novos alicerces ideológicos, os dirigentes das nações que emergiram como potências no período pós-guerra, liderados por URSS e Estados

Unidos, estabeleceram na Conferência de Yalta, na Ucrânia, em 1945, as bases de uma futura "paz", para isso definiram as áreas de influência das potências e acertaram a criação de uma organização multilateral que promovesse negociações sobre conflitos internacionais, com o objetivo de evitar guerras, construir a paz e a democracia, além de fortalecer os direitos humanos. Teve aí sua origem a Organização das Nações Unidas. A ONU é uma organização internacional que tem por objetivo facilitar a cooperação em matéria de direito internacional, segurança internacional, desenvolvimento econômico, progresso social, direitos humanos e a realização da paz mundial. Por isso, diz-se que é uma organização internacional de vocação universal. Sua lei básica é a Carta das Nações Unidas, elaborada em São Francisco de 25 de abril a 26 de junho de 1945. Esta Carta tem como anexo o Estatuto da Corte Internacional de Justiça. Percebe-se que uma das preocupações da ONU é a proteção dos direitos humanos mediante a cooperação internacional. A Carta das Nações Unidas é o exemplo mais emblemático do processo de internacionalização dos direitos humanos ocorridos no pós-guerra. Aliás é importante lembrar que este processo recente de internacionalização dos direitos humanos é fruto da ressaca moral da humanidade ocasionada pelo excesso de violações de direitos humanos perpetradas pelo nazifascismo. Gabarito "C"

## **DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

12. A incompetência do juízo, tal como prevista no CPC, pode assumir duas feições, de acordo com a natureza do vício e ainda com as consequências advindas de tal reconhecimento. O Código trata, então, da incompetência absoluta e da relativa. A respeito dessas modalidades de incompetência, assinale a afirmativa correta.

- (A) A incompetência relativa pode ser alegada a qualquer tempo.
- (B) A incompetência relativa sempre pode ser conhecida de ofício pelo juiz.
- (C) A incompetência absoluta gera a nulidade de todos os atos praticados no processo até seu reconhecimento.
- (D) A incompetência absoluta é alegada como preliminar da contestação ou por petição nos autos.

---

A questão trata das distinções entre competência e absoluta, previstas nos arts. 112 a 114 do CPC. A: se a exceção de incompetência relativa não for apresentada em 15 dias, há a preclusão (denominada pelo CPC de prorrogação da competência); B: em regra o reconhecimento da exceção depende de provocação da parte (exceção: nulidade da cláusula de eleição de foro - art. 112, p. único, do CPC); C: declarada a incompetência, somente os atos decisórios serão nulos (art. 113, § 2º, do CPC); D: a incompetência absoluta deve ser alegada em preliminar de contestação (art. 301, II, do CPC). Mas, pode ser alegada a qualquer tempo e grau de jurisdição (art. 113, *caput*, do CPC), o que é feito por simples petição. Gabarito "D"

13. Suponha que Antônio, empregado de Carlos, tenha cumprido ordens deste para retirar madeira na fazenda de Celso, que, diante disso, tenha proposto a ação de reparação de danos materiais contra Antônio. Nessa situação, no prazo para a defesa, é lícito a Antônio

- (A) requerer a denúncia da lide contra Carlos.
- (B) deduzir pedido de chamamento ao processo contra Carlos.
- (C) requerer a nomeação à autoria contra Carlos.

(D)requerer a citação de Carlos na qualidade de litisconsorte passivo necessário.

---

Na hipótese em que o réu atua como um "dedo-duro" e quer sair do polo passivo, tem-se a nomeação à autoria (art. 63 do CPC). Gabarito "C"

14. O Ministério Público ajuizou ação rescisória a fim de desconstituir sentença transitada em julgado, ao argumento de que teria havido colusão entre ambas as partes do processo originário no intuito de fraudar a lei. Diante disso, requereu o Ministério Público, na petição inicial da ação rescisória, a citação tanto da parte autora quanto da parte ré do processo originário.

Assinale a modalidade de litisconsórcio verificada na hipótese acima.

- (A)Litisconsórcio passivo necessário e unitário.
  - (B)Litisconsórcio ativo facultativo e simples.
  - (C)Litisconsórcio passivo necessário e simples.
  - (D)Litisconsórcio ativo necessário e unitário.
- 

Se o MP ingressa com a medida judicial e o autor e réu da ação originária são partes da rescisória, ora figuram no pólo passivo. Assim, tem-se um litisconsórcio passivo. É necessário pois precisa existir (não há como se desconstituir uma sentença sem que todos os litigantes originários participem). E é unitário pois a decisão precisa ser a mesma para todos os litisconsortes (não há como desconstituir parte da sentença para um e não para o outro). Gabarito "A"

15. Zélia e Joaquim são vizinhos há cerca de sete anos. Determinada parede foi construída por Joaquim, mas, por defeitos na execução da obra, está permitindo a infiltração da água da chuva, gerando danos à parede limítrofe construída por Zélia. Inconformada, Zélia procura você como advogado(a) a fim de ingressar com a medida judicial cabível. Analisando a hipótese e, estando Zélia de acordo com o seu parecer técnico, você afora ação judicial para o desfazimento da construção ou a reparação da obra defeituosa. Nessa hipótese, como será fixado o valor da causa?

- (A)Deverá ser considerado o menor valor, por se tratar de pedido subsidiário.
  - (B)Por se tratar de pedidos alternativos, será considerado o de maior valor.
  - (C)Por se tratar de ação para cumprimento do negócio jurídico, será considerado o valor da soma do principal, da pena e dos juros vencidos.
  - (D)Será a soma dos valores de todos os pedidos, por se tratar da hipótese de cumulação de pedidos.
- 

Considerando que é formulado um pedido com a partícula "ou", sem preferência entre as duas possibilidades, estamos diante de um pedido ALTERNATIVO (art. 288 do CPC). O valor da causa no pedido alternativo, por expressa previsão legal (art. 259, III, do CPC), é o do pedido de maior valor. Gabarito "C"

16. Assinale a opção correta no que se refere à extinção do processo.

- (A)Havendo o reconhecimento da prescrição, o processo é extinto sem julgamento de mérito.
- (B)A desistência da ação bem como a renúncia do direito acarretam a extinção do processo sem julgamento de mérito.
- (C)A existência de coisa julgada anterior acarreta a extinção do processo com julgamento de mérito.
- (D)A extinção do processo sem julgamento de mérito acarreta a coisa julgada formal.

---

A: com mérito (erro frequente dos candidatos em exames da OAB - art. 269, IV, do CPC); B: desistência é extinção sem mérito (art. 267, VIII, do CPC) e renúncia, com mérito (art. 269, V, do CPC); C: art. 267, V, do CPC; D: a extinção do processo sem resolução de mérito permite a repropositura (art. 268 do CPC) e, assim, não produz coisa julgada material, mas apenas formal (ou seja, veda a discussão no próprio processo, mas não em outro). Gabarito "D"

17. A sentença liminar, acrescida à legislação processual civil por meio da Lei 11.277/06, assegura ao juiz a possibilidade de dispensar a citação e proferir desde logo sentença, nas hipóteses em que o juízo já tenha proferido sentença de total improcedência em casos idênticos. Considerando tal instituto jurídico, assinale a alternativa correta.

- (A) Interposto o recurso de apelação contra a sentença liminar, o juiz poderá exercer juízo de retratação no prazo de cinco dias.
- (B) É cabível a sentença liminar quando a matéria controvertida for de fato e de direito e guardar identidade com outros casos anteriormente julgados pelo juízo.
- (C) Proferida sentença liminar, o réu somente será citado a responder à ação em caso de provimento de eventual recurso.
- (D) Será facultado ao autor agravar da sentença, caso em que o réu será intimado para oferecer contrarrazões.

---

A: art. 285-A, §1º, do CPC; B: somente cabe a improcedência liminar / julgamento antecipadíssimo da lide incorreta quando a matéria controvertida for de direito, não de fato (art. 285-A do CPC); C: o réu será citado para responder ao recurso, caso a sentença seja mantida (art. 285-A, §2º, do CPC); D: o recurso cabível de sentença é a apelação (art. 513 do CPC). Gabarito "A"

18. A respeito da sentença e da coisa julgada no processo civil, assinale a opção correta.

- (A) Com o trânsito em julgado da sentença que encerra a relação processual, sem resolução do mérito, ocorre a coisa julgada formal, o que torna imutáveis, porque indiscutíveis, as questões decididas na sentença.
- (B) Após o trânsito em julgado da sentença, consideram-se deduzidas e repelidas as alegações que o autor tenha deixado de apresentar para o acolhimento de seu pedido.
- (C) A fundamentação da sentença fica coberta pela coisa julgada material.
- (D) A apreciação e resolução de questão prejudicial decidida incidentalmente no processo não faz coisa julgada material, ainda que a parte expressamente o requeira.

---

A: a sentença terminativa, em regra, admite a repropositura (art. 268 do CPC); B: esta é a denominada eficácia preclusiva da coisa julgada (art. 474 do CPC); C e D: em regra, a fundamentação não é coberta pela coisa julgada - salvo no caso de procedência de ação declaratória incidental (arts. 469 e 470, do CPC). Gabarito "B"

## **DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

19. Pelo que anuncia o próprio Estatuto da Criança e do Adolescente em suas disposições preliminares, esta lei

- (A) declara que os direitos fundamentais de crianças e adolescentes são limitáveis somente pelo justo exercício do poder familiar ou por ordem judicial fundamentada.

- (B)destina-se a oferecer cuidado e proteção aos menores em situação irregular.  
(C)considera criança pessoa de zero a quatorze anos incompletos.  
(D)aplica-se, em alguns casos, a pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.
- 

A: incorreta, pois os direitos fundamentais de crianças e adolescentes não são limitáveis; B: incorreta, pois a lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente, seja em relação aos menores em situação regular, seja quanto aos que estão em situação irregular; C: incorreta, pois criança é a pessoa de até doze anos de idade (art. 2º, *caput*, do ECA); D: correta (art. 2º, parágrafo único, do ECA). Gabarito "D"

20. Com relação à proteção reservada ao menor em nosso ordenamento jurídico, está de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente

- (A)o acesso à escola pública de toda criança que comprovadamente não tiver recursos para pagar uma escola privada.  
(B)o desenvolvimento de capacitação profissional, assegurado ao menor de 12 anos o trabalho como ajudante.  
(C)a criação da criança no seio de sua família, livre da presença de pessoas que sejam dependentes químicas.  
(D)o ingresso em locais de espetáculos públicos, sempre acompanhadas de um parente, que pode ser menor.
- 

A: Incorreta, pois o acesso à escola pública é direito tanto da criança sem recursos, como da criança com recursos para pagar uma escola privada (art. 53, V, do ECA); B: Incorreta, pois o direito à capacitação profissional é do adolescente (ou seja, o maior de 12 anos), conforme art. 69, II, do ECA; C: Correta (art. 19, *caput*, do ECA); D: incorreta (art. 75, p. ún., do ECA). Gabarito "C"

## **DIREITO DO TRABALHO**

21. Os requisitos necessários à caracterização do vínculo de emprego abrangem

- (A)onerosidade, exclusividade, subordinação jurídica e alteridade.  
(B)eventualidade, pessoalidade, onerosidade e subordinação jurídica.  
(C)subordinação, não eventualidade, onerosidade e pessoalidade.  
(D)dependência econômica, continuidade, subordinação e alteridade.
- 

A: Opção incorreta, pois a exclusividade não é pressuposto para a configuração do vínculo de emprego (CLT, art. 3.º); B: Opção incorreta, pois a eventualidade não é pressuposto para a configuração do vínculo de emprego, nos termos do art. 3º da CLT, mas sim a não-eventualidade; C: Opção correta, pois reflete o disposto no art. 3.º da CLT; D: Opção incorreta, pois a dependência econômica não é pressuposto do vínculo de emprego, nos termos do art. 3 da CLT. Gabarito "C"

22. Uma empresa põe anúncio em jornal oferecendo emprego para a função de vendedor, exigindo que o candidato tenha experiência anterior de 11 meses nessa função. Diante disso, assinale a alternativa correta.

- (A)A exigência é ilegal, pois o máximo que o futuro empregador poderia exigir seriam 6 meses de experiência.  
(B)A exigência é ilegal, pois o máximo que o futuro empregador poderia exigir seriam 3 meses de experiência.



(C)A exigência é legal, pois a experiência até 1 ano pode ser exigida do candidato a qualquer emprego, estando inserida no poder diretivo do futuro empregador.

(D)A exigência não traduz discriminação no emprego, de modo que poderia ser exigido qualquer período de experiência anterior.

O art. 442-A, inserido na CLT com o advento da Lei 11.644/2008, impôs ao empregador um limite temporal para contratação de empregados, que não poderá exigir, no ato da contratação, mais de 6 (seis) meses de prática do candidato para a atividade, ou seja, não poderá o empregador exigir dos pretensos empregados, período de experiência superior a 6 (seis) meses para aquela determinada função. Gabarito "A"

23. Joana foi contratada para trabalhar de segunda a sábado na residência do Sr. Demétrius, de 70 anos, como sua acompanhante, recebendo salário mensal. Ao exato término do terceiro mês de prestação de serviços, o Sr. Demétrius descobre que a Sra. Joana está grávida, rescindindo a prestação de serviços. Joana, inconformada, ajuíza ação trabalhista para que lhe seja reconhecida a condição de empregada doméstica e garantido o seu emprego mediante reconhecimento da estabilidade provisória pela gestação. Levando-se em consideração a situação de Joana, assinale a alternativa correta.

(A)A função de acompanhante é incompatível com o reconhecimento de vínculo de emprego doméstico.

(B)Joana faz jus ao reconhecimento de vínculo de emprego como empregada doméstica.

(C)Joana não fará jus à estabilidade gestacional, pois este não é um direito garantido à categoria dos empregados domésticos.

(D)Joana não fará jus à estabilidade gestacional, pois o contrato de três meses é automaticamente considerado de experiência para o Direito do Trabalho e pode ser rescindido ao atingir o seu termo final.

---

A: opção incorreta, pois a função de acompanhante é compatível com o reconhecimento de vínculo de empregado doméstico, nos termos do art. 1º da Lei 5.859/72; B: Opção correta, pois Joana preenche todos os requisitos caracterizadores da relação de empregado doméstico, nos termos do art. 1º da Lei 5.859/72;; C: Opção incorreta, pois a Lei 11.324/2006 acrescentou à Lei 5.859/72 o art. 4º-A que ensina ser vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa da empregada doméstica gestante desde a confirmação da gravidez até 5 (cinco) meses após o parto; D: Opção incorreta, pois o contrato em debate não será considerado como contrato de experiência, pois não foi celebrado com esse fim Gabarito "B"

24. Em se tratando de salário e remuneração, é correto afirmar que

(A)a parcela de participação nos lucros ou resultados, habitualmente paga, não integra a remuneração do empregado.

(B)as gorjetas integram a base de cálculo do aviso prévio, das horas extraordinárias, do adicional noturno e do repouso semanal remunerado.

(C)o salário-maternidade tem natureza salarial.

(D)o plano de saúde fornecido pelo empregador ao empregado, em razão de seu caráter contraprestativo, consiste em salário *in natura*.

---

A: Opção correta, pois está em conformidade com o art. 3º da Lei 10.101/00; B; Opção incorreta, pois em conformidade com o entendimento solidificado na súmula 354 do TST as gorjetas integram a remuneração do empregado, não servindo de base de cálculo para as parcelas de aviso-prévio, adicional noturno, horas extras e repouso semanal remunerado; C: Opção incorreta, pois a natureza jurídica do salário-maternidade é de

benefício previdenciário, na medida em que é a Previdência Social que efetua o seu pagamento, nos termos do art. 71 da Lei 8.213/91; D: Opção incorreta, pois nos termos do art. 458, § 2º, IV, da CLT a assistência médica não constitui salário *in natura*. Gabarito "A"

25. É assegurado ao empregado doméstico

(A) adicional noturno.

(B) recebimento de horas extras.

(C) repouso semanal remunerado.

(D) jornada de trabalho não superior a 8 (oito) horas diárias.

A: opção incorreta, pois o inciso XIII do art. 7º da CF, que cuida da duração do trabalho, não foi estendido aos empregados domésticos nos termos do art. 7º, parágrafo único, da CF. Assim, os empregados domésticos estão excluídos de todo o capítulo II da CLT que trata da duração do trabalho. Ademais, nos termos do art. 7º, a, da CLT os preceitos nela expressos, não serão aplicados aos empregados domésticos; B: Opção incorreta, vide comentários da opção a. C: Opção correta, pois reflete o disposto no art. 7º, XV e parágrafo único, da CF; D: Opção incorreta, vide comentários da opção a. Gabarito "C"

26. João da Silva, empregado da empresa Alfa Ltda., exerce suas atribuições funcionais em dois turnos de trabalho alternados de oito horas cada, que compreendem o horário diurno e o noturno. Considerando que a atividade de seu empregador não se desenvolve de forma ininterrupta e que não existe norma coletiva disciplinando a jornada de trabalho, assinale a alternativa correta.

(A) João não tem direito ao pagamento de horas extras, mas tem direito à redução da hora noturna.

(B) João tem direito ao pagamento de horas extras, mas não tem direito à redução da hora noturna.

(C) João tem direito ao pagamento de horas extras e à redução da hora noturna.

(D) João não tem direito ao pagamento de horas extras e à redução da hora noturna.

A: Opção incorreta, pois por exercer a função em turnos de revezamento fará jus ao pagamento de horas extras, na medida em que sua jornada era exercida acima do limite de 6 (seis) horas disposto no art. 7º, XIV, CF e possui também a redução da hora noturna, OJ 395 SDI 1 do TST; B: Opção incorreta, pois contraria a disposição contida na OJ 395 da SDI 1 do TST; C: Opção correta, pois por exercer a função em turnos de revezamento tem direito ao pagamento de horas extras, na medida em que sua jornada era exercida acima do limite de 6 (seis) horas permitido pelo art. 7º, XIV, CF. Ademais, o TST por meio do entendimento consubstanciado na OJ 395 da SDI 1 não há incompatibilidade entre as disposições contidas nos arts. 73, § 1º, da CLT e 7º, XIV, da CF. Assim, o trabalho em regime de turnos ininterruptos de revezamento não retira o direito à hora noturna reduzida; D: Opção incorreta, vide comentários anteriores. Gabarito "C"

## **DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO**

27. Segundo posicionamento atual da jurisprudência, as ações decorrentes de acidente do trabalho propostas por empregado contra empregador devem ser da competência da

- (A) Justiça comum estadual, se ajuizadas após a Emenda Constitucional nº 45/2004.
  - (B) Justiça federal.
  - (C) Justiça do Trabalho.
  - (D) Justiça do Trabalho, desde que participe do feito também a instituição previdenciária.
- 

A: Opção incorreta, pois apenas seria de competência da justiça comum, caso a ação fosse proposta contra o INSS, nos termos do art. 109, I, da CF; B: Opção incorreta, pois em se tratando de ação decorrente de acidente do trabalho a competência não será da justiça federal, nos termos do art. 109, *caput* e parágrafo 1º, da CF; C: Opção correta, pois o art. 114, VI, da CF, assim dispõe; D: Opção incorreta, pois embora a competência seja da Justiça do Trabalho, não pode a instituição previdenciária figurar no polo passivo da ação na Justiça do Trabalho. Gabarito "C"

28. Em uma audiência inaugural, compareceu o advogado da reclamada, o qual estava munido do instrumento de procuração e da defesa. O preposto não compareceu. O juiz, então, aplicou a revelia, argumentando que o representante legal da empresa não estava presente. Diante do problema apresentado na situação hipotética acima,

- (A) está correto o posicionamento do juiz, uma vez que a presença do preposto ou representante legal da reclamada é obrigatória na audiência, não sendo suficiente a presença do advogado para apresentar contestação.
  - (B) o juiz deveria ter suspenso a audiência e determinado a intimação da reclamada para tal ato em nova data por ele designada.
  - (C) o juiz deveria ter recebido a defesa trazida pelo advogado e afastado a revelia.
  - (D) caberia ao juiz conceder a palavra ao advogado do reclamante, pois, em caso de concordância deste, o juiz poderia receber a contestação apresentada pelo advogado da reclamada, mesmo sem a presença do preposto.
- 

A: Opção correta, pois o art. 843 da CLT determina que as partes estejam presentes na audiência. A súmula 122 do TST entende que independente da presença de advogado, ainda que munido de procuração, as partes devem estar presentes; B: Opção incorreta, pois não estando a parte reclamada presente em audiência deve o juiz aplicar os efeitos da revelia, nos termos do art. 844 da CLT; C: Opção incorreta, pois não estando a parte presente não pode o magistrado receber a defesa, devendo aplicar os efeitos da revelia, nos termos do art. 844 da CLT; D: Opção incorreta, vide comentários das alternativas B e C Gabarito "A"

29. Com relação às provas no processo do trabalho, assinale a alternativa correta.

- (A) As testemunhas devem ser necessariamente arroladas pelas partes dentro do prazo estabelecido pelo juiz, a fim de que sejam notificadas para comparecimento à audiência.
  - (B) Cada uma das partes não pode indicar mais de três testemunhas, inclusive nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, salvo quando se tratar de inquérito para apuração de falta grave, caso em que este número pode ser elevado a seis.
  - (C) Na hipótese de deferimento de prova técnica, é vedada às partes a apresentação de peritos assistentes.
  - (D) Nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, somente quando a prova do fato o exigir, ou for legalmente imposta, será deferida prova técnica, incumbindo ao juiz, desde logo, fixar o prazo, o objeto da perícia e nomear perito.
- 

A: Opção incorreta, pois no processo do trabalho não há depósito de rol de testemunhas.

As testemunhas comparecerão à audiência independentemente de intimação, conforme dispõem os arts. 825, *caput*, 845 e 852-H, § 2º, da CLT; B: Opção incorreta, pois no procedimento sumaríssimo as partes poderão levar apenas duas testemunhas, de acordo com o art. 852-H, § 2º, da CLT; C: Opção incorreta, pois as partes poderão indicar assistentes, conforme consta do art. 826 da CLT e súmula 341 do TST; D: Opção correta, pois a assertiva reflete o disposto no art. 852-H, § 4º, da CLT. Gabarito "D"

30. A respeito da prova testemunhal no processo do trabalho, é correto afirmar que

- (A) no processo do trabalho sumaríssimo, a simples ausência da testemunha na audiência enseja a sua condução coercitiva.
- (B) em se tratando de ação trabalhista pelo rito ordinário ou sumaríssimo, as partes poderão ouvir no máximo três testemunhas cada; sendo inquérito, o número é elevado para seis.
- (C) as testemunhas comparecerão à audiência independentemente de intimação e, no caso de não comparecimento, serão intimadas *ex officio* ou a requerimento da parte.
- (D) apenas as testemunhas arroladas previamente poderão comparecer à audiência a fim de serem ouvidas.

---

A: Opção incorreta, pois nos termos do art. 852-H, § 3º, da CLT em se tratando de procedimento sumaríssimo, somente será deferida intimação de testemunha que, comprovadamente convidada, deixar de comparecer. Não comparecendo a testemunha intimada, o juiz poderá determinar sua imediata condução coercitiva; B: Opção incorreta, pois no procedimento ordinário cada parte poderá levar até 3 (três) testemunhas, no inquérito para apuração de falta grave o número será elevado para 6 (seis) testemunhas por parte (art. 821 CLT) e, por último, no procedimento sumaríssimo esse número é reduzido para 2 (duas) testemunhas (art. 852-H, § 2º, CLT); C: Opção correta, pois reflete o disposto no art. 825, *caput* e § 1º, da CLT; D: Opção incorreta, pois não há necessidade de arrolamento de testemunhas, que deverão comparecer independente de notificação ou intimação, art. 825 CLT. Gabarito "C"

31. Assinale a alternativa que apresente requisitos intrínsecos genéricos de admissibilidade recursal.

- (A) Capacidade, legitimidade e interesse.
- (B) Preparo, interesse e representação processual.
- (C) Representação processual, preparo e tempestividade.
- (D) Legitimidade, tempestividade e preparo.

---

A: Opção correta, pois são pressupostos intrínsecos ou subjetivos de admissibilidade recursal; B: Opção incorreta, pois embora o interesse seja um pressuposto intrínseco, o preparo e a representação são pressupostos extrínsecos ou objetivos; C: Opção incorreta, pois todos eles constituem pressupostos extrínsecos ou objetivos; D: Opção incorreta, pois embora a legitimidade seja um pressuposto subjetivo ou intrínseco, a tempestividade e o preparo são pressupostos extrínsecos ou objetivos. Gabarito "A"

## **DIREITO PENAL**

32. A diferença entre crime e contravenção penal está estabelecida

- (A) pelo Código Penal.
- (B) pela Lei de Contravenções Penais.

- (C)pela Lei no 9.099/95 (Juizados Especiais).
  - (D)pela Lei de Introdução ao Código Penal.
  - (E)pela Constituição Federal.
- 

A distinção entre as duas espécies de infração penal, que não reside no aspecto ontológico, está contida no art. 1º da Lei de Introdução ao Código Penal (Decreto-Lei 3.914/41). Gabarito "D"

33. Sobre a aplicação da lei no tempo e no espaço, o Código Penal brasileiro adotou, respectivamente, as teorias da (do)
- (A)ubiquidade e do resultado.
  - (B)ubiquidade e da ambigüidade.
  - (C)resultado e da ubiquidade.
  - (D)atividade e da ubiquidade.
- 

Arts. 4º e 6º do CP, respectivamente. Gabarito "D"

34. Caio dispara uma arma objetivando a morte de Tício, sendo certo que o tiro não atinge um órgão vital. Durante o socorro, a ambulância que levava Tício para o hospital é atingida violentamente pelo caminhão dirigido por Mévio, que ultrapassara o sinal vermelho. Em razão da colisão, Tício falece. Responda: quais os crimes imputáveis a Caio e Mévio, respectivamente?
- (A)Tentativa de homicídio e homicídio doloso consumado.
  - (B)Lesão corporal seguida de morte e homicídio culposo.
  - (C)Homicídio culposo e homicídio culposo.
  - (D)Tentativa de homicídio e homicídio culposo.
- 

A colisão que vitimou Tício constitui *causa superveniente relativamente independente* que por si só gerou o resultado. O nexo causal, nos termos do art. 13, § 1º, do CP, é interrompido (há imprevisibilidade). Caio, por isso, responderá por homicídio na forma tentada; Mévio, que ultrapassou o sinal vermelho (agiu com imprudência), responderá por homicídio culposo. Gabarito "D"

35. Com relação às causas excludentes de ilicitude (ou antijuridicidade), assinale a opção correta.
- (A)Agem em estrito cumprimento do dever legal policiais que, ao terem de prender indiciado de má fama, atiram contra ele para dominá-lo.
  - (B)O exercício regular do direito é compatível com o homicídio praticado pelo militar que, em guerra externa ou interna, mata o inimigo.
  - (C)Considera-se em estado de necessidade quem pratica o fato para salvar-se de perigo atual ou iminente que não provocou por sua vontade ou era escusável.
  - (D)Supondo o agente, equivocadamente, que está sendo agredido, e repelindo a suposta agressão, configura-se a legítima defesa putativa, considerada na lei como caso *sui generis* de erro de tipo, o denominado erro de tipo permissivo.
- 

A: atirar contra um indiciado de má fama com o objetivo de dominá-lo não constitui ação praticada em cumprimento de um dever imposto por lei (art. 23, III, primeira parte, CP); B: é hipótese de *estrito cumprimento de dever legal*; C: art. 24 do CP; D: art. 20, § 1º, do CP. Gabarito "D"

36. Há exclusão da culpabilidade em função de não se poder exigir conduta diversa do

agente no caso de

- (A) coação moral irresistível.
  - (B) doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado.
  - (C) erro sobre a ilicitude do fato.
  - (D) embriaguez completa proveniente de força maior.
- 

A exigibilidade de conduta diversa, que constitui um dos pressupostos da culpabilidade, pode ser excluída em dois casos: coação irresistível e obediência hierárquica (art. 22 do CP). Gabarito "A"

37. A respeito do regime legal da prescrição no Código Penal, tendo por base ocorrência do fato na data de hoje, assinale a alternativa correta.

- (A) A prescrição, depois da sentença condenatória com trânsito em julgado para a acusação, regula-se pela pena aplicada, não podendo, em nenhuma hipótese, ter por termo inicial data anterior à da denúncia ou queixa.
  - (B) A prescrição da pena de multa ocorrerá em 2 (dois) anos, independentemente do prazo estabelecido para a prescrição da pena de liberdade aplicada cumulativamente.
  - (C) Se o réu citado por edital permanece revel e não constitui advogado, fica suspenso o processo, mantendo-se em curso o prazo prescricional, que passa a ser computado pelo dobro da pena máxima cominada ao crime.
  - (D) São causas interruptivas do curso da prescrição previstas no Código Penal, dentre outras, o recebimento da denúncia ou da queixa, a pronúncia, a publicação da sentença condenatória ou absolutória recorrível.
- 

A: art. 110, § 1º, do CP. Este dispositivo teve sua redação alterada pela Lei 12.234/10; B: sendo a pena de multa a única aplicada ou cominada, a prescrição se dará em 2 (dois) anos, segundo reza o art. 114, I, do CP; se, no entanto, ela for alternativa ou cumulativamente cominada ou cumulativamente aplicada com a pena privativa de liberdade, no mesmo prazo estabelecido para a prescrição desta, conforme dispõe o art. 114, II, do CP; C: art. 366 do CPP. Vide Súmula 415 do STJ; D: as causas interruptivas da prescrição estão listadas no art. 117 do CP, entre as quais não figura a publicação de sentença absolutória recorrível. Gabarito "A"

## **DIREITO DO CONSUMIDOR**

38. Assinale a alternativa onde aparece uma atividade que não se encontra entre aquelas praticadas por alguém que é considerado fornecedor pelo Código de Defesa do Consumidor.

- (A) produção, criação e transformação.
  - (B) importação e exportação.
  - (C) prestação de serviços bancários, securitários e de crédito.
  - (D) montagem, relações trabalhistas e construção.
- 

Art. 3º, *caput* e § 2º, do CDC. Gabarito 'D'

39. Em relação aos princípios previstos no Código de Defesa do Consumidor, assinale a alternativa correta.

- (A) O CDC é uma norma tipificadora de condutas, prevendo expressamente o comportamento dos consumidores e dos fornecedores.

- (B)O princípio da transparência impõe um dever comissivo e um omissivo, ou seja, não pode o fornecedor deixar de apresentar o produto tal como ele se encontra nem pode dizer mais do que ele faz; não pode, portanto, mais existir o *dolus bonus*.
- (C)O princípio da vulnerabilidade, que presume ser o consumidor o elo mais fraco da relação de consumo, diz respeito apenas à vulnerabilidade técnica.
- (D)A boa-fé prevista no CDC é a boa-fé subjetiva.
- 

A: Incorreta, pois o CDC tem uma técnica mista, ou seja, trabalha tanto com normas tipificadoras, como com dispositivos instituidores de conceitos legais indeterminados e cláusulas gerais; assim, o CDC traz tanto normas casuísticas (ex: a que veda a venda casada), como normas mais gerais (ex: a que proíbe cláusulas desproporcionais); B: Correta, pois a transparência significa tanto o dever de informar as características e os riscos de um produto ou serviço, como o dever de não exagerar na descrição de um produto ou serviço; no Direito Civil tradicional, esse exagero, chamado “*dolus bonus*” era tolerado, diferente do que ocorre no sistema do CDC, em que a informação deve ser precisa e adequada; C: Incorreta, pois a vulnerabilidade pode ser de ordem técnica, econômica, física etc; D: Incorreta, pois a boa-fé é a objetiva, ou seja, é a extraída das regras do sistema e da ética extraída da sociedade, e não a subjetiva, que é aquela ética que cada um tem, ou seja, a ética particular. Gabarito "B"

40. O Código de Defesa do Consumidor não se aplica às relações entre:

- (A)a entidade de previdência privada e seus participantes.
- (B)a instituição financeira e seus clientes.
- (C)o comprador e o vendedor proprietário de um único imóvel, que lhe serve de residência.
- (D)o comprador de veículo e a concessionária.
- 

A: Incorreta, pois a atividade de previdência privada é considerada uma atividade *securitária*, que é conceituada como prestação de serviço pelo CDC (art. 3º, § 2º); B: Incorreta, pois é pacífico hoje que as instituições financeiras estão no conceito de *fornecedor* (art. 3º, *caput*, do CDC), como *prestadoras de serviço* (art. 3º, § 2º, do CDC); aliás, a Súmula 297 do STJ dispõe que “O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às instituições financeiras”; C: Correta, pois o vendedor, nesse caso, não “desenvolve atividade”, ou seja, não atua profissionalmente, de modo que não se encaixa no conceito de fornecedor previsto no art. 3º do CDC; D: Incorreta, pois o comprador é destinatário final, encaixando-se no conceito de *consumidor* (art. 2º do CDC), e o vendedor desenvolve atividade, ou seja, atua profissionalmente, encaixando-se no conceito de *fornecedor* (art. 3º do CDC). Gabarito "C"